



SENADO FEDERAL
PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 5, DE 2008
(nº 3.246/2004, na Casa de origem)

Altera o art. 13 da Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O *caput* do art. 13 da Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 13. Hasteia-se diariamente a
Bandeira Nacional e a do Mercosul:

..... " (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua
publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 3.246, DE 2004

Dispõe sobre o hasteamento da bandeira do Mercosul

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Bandeira do Mercosul deverá ser hasteada em conjunto com a Bandeira Nacional em todas as ocasiões enumeradas no art. 13 da Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971, observando o disposto no art. 19 da referida lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A consolidação de um projeto político, seja de cunho nacional ou supranacional, passa pela criação de um aparato simbólico, de modo a recriar as identidades coletivas que lhe servem de suporte. Embora todo projeto político encontre sua justificação necessária em seus fundamentos racionais e pragmáticos, ele seria incompleto se não almejasse recriar os símbolos que lhe conferem legitimidade. O projeto do Mercosul passa pela criação de uma identidade latino-americana que de muito transcende objetivos meramente econômicos. Desta forma, propomos a lei que ora apresentamos, de modo a tornar obrigatório o hasteamento da bandeira do Mercosul em todos os nossos órgãos públicos. Um símbolo poderoso como o da Bandeira sem dúvida irá ajudar na criação do sentimento de solidariedade regional que ora precisamos cultivar.

Sala das Sessões, em 25 de março de 2004.

Deputado Dr. Rosinha

PARECER Nº , DE 2004

Da COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL, sobre o Projeto de Lei nº 3246 de 2004 (Câmara dos Deputados) que *dispõe sobre o hasteamento da bandeira do Mercosul*.

I. RELATÓRIO

Vem a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, a quem incumbe se manifestar *a priori* em matérias pertinentes ao Mercosul, nos termos da Resolução CN, nº1, 1996, o presente Projeto de Lei nº 3246 de 2004 (Câmara dos Deputados) que *dispõe sobre o hasteamento da bandeira do Mercosul*.

Em sua justificação, a proposta normativa *sub exame* ressalta que

A consolidação de um projeto político, seja de cunho nacional ou supranacional, passa pela criação de um aparato simbólico, de modo a recriar as identidades coletivas que lhe servem de suporte. Embora todo projeto político encontre sua justificação necessária em seus fundamentos racionais e pragmáticos, ele seria incompleto se não almejasse recriar os símbolos que lhe conferem legitimidade. O projeto do Mercosul passa pela criação de uma identidade latino-americana que de muito transcende objetivos meramente econômicos. Desta forma, propomos a lei que ora apresentamos, de modo a tornar obrigatório o hasteamento da bandeira do Mercosul em todos os órgãos públicos. Um símbolo poderoso como o da Bandeira sem dúvida irá ajudar na criação do sentimento de solidariedade regional que ora precisamos cultivar.

II. ANÁLISE

Trata-se, com efeito, de iniciativa oportuna e conveniente aos interesses nacionais. Urge ao Brasil definir claramente seus propósitos com relação ao aprofundamento e à consolidação do Mercosul. Temos assistido, recentemente, a uma série de atos de grande sentido político, que vão além da mera retórica que, tradicionalmente, acompanha a integração latino-americana. O aperfeiçoamento do sistema de solução de controvérsias, com a recente vigência do Protocolo de Olivos é, nesse sentido, exemplo de grande expressão.

A simbologia que a utilização da bandeira oficial do bloco econômico encerra traduz querer político irrefutável que se concretiza na importância do gesto de arvorar pavilhão comum, como de resto já o fazem outros países partícipes de processos de integração, ciosos de sua credibilidade.

Embora o Mercosul não seja um projeto supranacional, considerada sua natureza intergovernamental, sobejamente reafirmada em seus tratados institutivos, o Tratado de Assunção, de 26 de março de 1991, e o Protocolo de Ouro Preto, de 17 de dezembro de 1994, um bloco que não prevê autoridades acima do poder dos Estados-membros, portanto, cremos ser a utilização da bandeira, como pretende o projeto em epígrafe, oportuno e conveniente aos interesses nacionais. De resto, sob o respaldo do permissivo constitucional que, nos termos de seu artigo 4º, propugna pela integração latino-americana, direcionando a política externa brasileira para tal desiderato.

No que concerne aos aspectos formais, cumpre-nos sugerir, com base na *mens legis* da Lei Complementar 95, de 1998, com alterações promovidas pela LCP nº 107 de 2001, que *dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da CF, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona*, que se proponha alteração aditiva na Lei 5700, de 1971, que dispõe sobre a forma e a apresentação dos símbolos nacionais, evitando legislar-se de forma autônoma e isolada, em relação à matéria que já conta com legislação específica.

III. CONCLUSÃO

Por ser oportuno e conveniente aos interesses nacionais, constitucional e legal, concluímos pela recomendação de aprovação do presente Projeto de Lei nº 3246, de 2004, na forma do substitutivo versado nos seguintes termos, pelas razões acima exaradas:

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA DOS DEPUTADOS Nº 3.246,
(SUBSTITUTIVO), DE 2004**

Que altera a Lei 5.700, de 1971, para dispor sobre
o hasteamento da bandeira do Mercosul.

Art. 1º O art. 13 da Lei 5.700, de 1971, passa a vigorar com a
seguinte redação:

Art. 13. Hasteia-se diariamente a Bandeira Nacional e a do
Mercosul:

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

 , Presidente
 , Relator

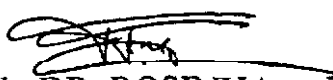
PARECER DA COMISSÃO

A Representação Brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta
do MERCOSUL, em reunião ordinária realizada hoje, APROVOU,
unanimemente, o Relatório favorável, com Substitutivo, do Senador Pedro
Simon oferecido ao Projeto de Lei nº 3.246/04, que dispõe sobre o
hasteamento da bandeira do Mercosul.

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares:

Deputado Dr. Rosinha, Presidente; Senador Pedro Simon, Vice-
Presidente; Senador Rodolpho Tourinho, Secretário-Geral - Senadores
Eduardo Azeredo e Sérgio Zambiasi; Deputados Eduardo Paes, Inácio Arruda,
Osmar Serraglio, Arnaldo Faria de Sá, Edison Andrino e Júlio Redecker.

Sala da Comissão, em 6 de maio de 2004


Deputado DR. ROSINHA
Presidente

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 5.700, DE 1 DE SETEMBRO DE 1971.

Vide texto Atualizado

Dispõe sobre a forma e a apresentação dos
Símbolos Nacionais, e dá outras
providências.

.....

Art . 13. Hasteia-se diariamente a Bandeira Nacional:

.....

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Publicado no **Diário do Senado Federal**, de 08/02/2008